

A ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O RCNEI E A BNCC

Luiz Guilherme Paiva Torres¹

Introdução

A Educação Infantil brasileira passou por mudanças curriculares significativas nas últimas décadas, que buscaram dar atenção aos direitos e necessidades de aprendizagem e desenvolvimento das crianças através da reestruturação curricular e da ressignificação dos conceitos de cuidar e educar. Nesse contexto, o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI), junto de outros documentos como a Constituição (1988) e a LDB de nº 9394 de 1996, se destacaram como marcos legais centrais nesse processo, na medida em que passaram a entender a criança não mais como recipiente de informação, mas como sujeito ativo e de direitos na própria formação. O RCNEI, por sua vez, se destacou por organizar o currículo em eixos temáticos como: “língua oral e escrita, natureza e sociedade e matemática” (Brasil, 1998, p. 7).

Nesse sentido, em 2010 foram publicadas as DCNEI, que reafirmaram a criança como sujeito ativo ao enfatizar o brincar e as interações como fundamentos centrais do currículo (Brasil, 2010, p. 26). Em 2017, a BNCC institucionalizou esse novo paradigma, propondo Campos de Experiência centrados na vivência e experiências prévias do aluno. Conforme a BNCC (2017) “Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças” (BNCC, 2017, p. 38).

Além disso, o currículo é compreendido, a amplo modo, como a organização de saberes, práticas e intencionalidades que orientam o processo educativo em diferentes contextos históricos e sociais (Sacristán, 2000). Mais do que um simples conjunto de conteúdos, o currículo expressa concepções de conhecimento, de ensino e de sujeito, refletindo valores e finalidades educacionais. Isto posto, o currículo assume papel central na estruturação das práticas pedagógicas, pois define não apenas o que ensinar, mas também como e para quem ensinar. No contexto da Educação Infantil, essa discussão torna-se ainda mais relevante, uma vez que o currículo passa a orientar as primeiras experiências educativas formais da criança, devendo considerar suas especificidades, seu desenvolvimento integral e suas formas próprias de aprender, especialmente por meio das interações e das brincadeiras (Sacristán, 2000).

Assim, com base na necessidade de contextualizar e debater essas reformas curriculares e em termos a gênese dos campos de experiências como centralidade na organização curricular da educação infantil, é que este estudo justifica-se pela necessidade de compreender: *Como o discurso pedagógico sobre a organização curricular na Educação Infantil transitou de um modelo de instrução baseado em conteúdos, presente no RCNEI (1998), para um paradigma centrado na experiência e no protagonismo infantil, consolidado pela BNCC (2017)?* Para tanto, buscamos estabelecer relações entre o discurso da BNCC e os documentos anteriores (DCNEI e RCNEI) a respeito dos campos de experiência e da organização curricular, apontando hipóteses de ruptura pedagógica e continuidade de concepções sobre o educar.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, desenvolvido a partir de análise documental de textos normativos que orientam a organização curricular da Educação Infantil no Brasil. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza interpretativa do objeto investigado, uma vez que se busca compreender as concepções pedagógicas presentes nos documentos curriculares e suas implicações para a organização do

Graduando do curso de Pedagogia, do Departamento de Educação, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; e-mail: luiz20230010972@uece.edu.br

currículo na Educação Infantil.

No âmbito dos procedimentos metodológicos, a pesquisa configura-se como exploratória e descritiva. De acordo com Gil (2008), as pesquisas exploratórias têm como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, permitindo o aprofundamento conceitual e a formulação de interpretações analíticas sobre o fenômeno estudado.

Quanto às técnicas de investigação, foi utilizada a pesquisa documental, que, segundo Marconi e Lakatos (2010), consiste na análise sistemática de documentos produzidos por instituições ou organismos oficiais, permitindo compreender concepções, princípios e orientações presentes nesses materiais.

Foram analisados três documentos normativos que orientam a Educação Infantil no Brasil: o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017).

Os dados foram organizados em categorias analíticas relacionadas: à organização curricular, aos princípios pedagógicos e à concepção de criança presente em cada documento. A partir dessa sistematização, foi possível estabelecer um diálogo comparativo entre os textos, identificando permanências e transformações na forma de conceber o currículo da Educação Infantil no contexto das políticas educacionais brasileiras.

Resultados e Discussões

A análise revelou mudanças claras de paradigmas entre os documentos (Trevisan, s.d.). Referente ao RCNEI, foi possível observar que o documento organiza o currículo infantil em “eixos” que espelham áreas tradicionais de conhecimento. Conforme resumo da Nova Escola, o RCNEI estruturava-se “Em eixos, que devem ser considerados de forma integrada: movimento, identidade e autonomia, conhecimento de mundo, artes visuais, música, linguagem oral e escrita, natureza/sociedade e matemática” (Trevisan, s.d.). Observa-se, portanto, uma herança da organização escolar clássica: destacam-se conteúdos como Linguagem, Natureza/Sociedade e Matemática. A concepção de criança é ainda conservadora: vista como sujeito em desenvolvimento integral, mas que responde a estímulos externos. Nesse modelo, o currículo tem grande foco no que ensinar (conteúdos e habilidades) e menos nas experiências vividas pela criança. Conforme o próprio documento RCNEI, “Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade e Matemática” (BRASIL, 1998, p. 47) eram eixos fundamentais, indicando herança explícita das disciplinas do Ensino Fundamental.

Na sequência, o DCNEI introduz *avanços conceituais* fundamentais. As diretrizes passam a colocar a criança no centro, em continuidade ao enfoque histórico-cultural brasileiro. Em ênfase, definem *as interações e a brincadeira* como eixos estruturantes do currículo da Educação Infantil (Brasil, 2010), partindo assim para a ressignificação na compreensão dos eixos. O texto recomenda que as práticas pedagógicas sejam orientadas por esses eixos e que os princípios éticos, políticos e estéticos também norteiem a educação infantil. Assim, a DCNEI amplia a visão de desenvolvimento infantil, considerando a criança como sujeito social e cultural. Isso é evidente no exceto: “Nas DCNEI, a atenção já estava voltada para a criança... As DCNEI colocam o foco nas interações e na brincadeira como eixos estruturantes do currículo” (Trevisan, s.d.). As DCNEI ainda reforçam o acesso a conhecimentos culturais, mas sublinham que isso deve respeitar a forma de a criança aprender. Portanto, comparadas ao RCNEI, as DCNEI mantêm conexões com saberes culturais e científicos, mas articulados de forma integrada, e não segmentada em disciplinas isoladas (Trevisan s.d.).

Atualmente, a BNCC consolida e sistematiza essa ruptura, definindo um novo arranjo curricular para a etapa. A BNCC estabelece cinco Campos de Experiência que articulam conteúdos e competências a serem trabalhados na Educação Infantil. Segundo o texto-base, “Os

campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças”(Brasil, 2017, p. 40). Ainda, destaca que a definição desses campos se baseia nas DCNEI e visa ligar os saberes fundamentais às vivências infantis. Exemplos de campos: *O eu, o outro e o nós*; *Corpo, gestos e movimentos*; *Traços, sons, cores e formas*; *Escuta, fala, pensamento e imaginação*; *Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações* (Brasil, 2017).

Note-se que, diferentemente do RCNEI, a BNCC não se organiza por áreas convencionais, mas por experiências interdisciplinares, entendendo que a aprendizagem infantil se dá no entrelaçamento de vivências. A própria apresentação do BNCC (Brasil, 2017) destaca que “as diversas áreas de conhecimento e as diferentes linguagens são integradas por meio dos Campos de Experiência”, pois “a criança aprende por meio das experiências vividas no contexto escolar”. Essa mudança de eixo (do conteúdo para a experiência) representa a ruptura pedagógica proposta. Conforme a BNCC, o currículo passa a girar em torno da criança, sua cultura e suas interações, considerando-a protagonista do processo de aprendizagem (ela mesma “cria e modifica a cultura e a sociedade”).

O quadro abaixo sintetiza comparativamente os principais trechos e a organização curricular em cada documento:

Documento	Organização Curricular	Trechos-Chave
RCNEI	Currículo estruturado em eixos temáticos (movimento, identidade e autonomia, conhecimento de mundo, artes visuais, música, linguagem oral e escrita, natureza/sociedade e matemática.	“Linguagem oral e escrita, natureza/sociedade e matemática.”.
DCNEI	Práticas pedagógicas orientadas pelos eixos estruturantes interações sociais e brincadeiras. Articula diferentes linguagens e contempla princípios éticos, políticos e estéticos no currículo infantil.	“Considera, como eixos estruturantes, a interação e a brincadeira.”.
BNCC	Currículo organizado em 5 Campos de Experiência interdisciplinares (p.ex., “O eu, o outro e o nós”; “Corpo, gestos e movimentos”; “Traços, sons, cores e formas”; etc.).	“Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças”.

Fonte: Elaboração própria

Como é possível observar, o RCNEI permanece numa estrutura mais conteudista/disciplinar, enquanto DCNEI e BNCC partem do princípio de que a criança aprende por meio de *experiências integradas*. A mudança de enfoque traduz-se em atenção central à cultura infantil, às interações e ao brincar, em vez de simplesmente dividir o saber em blocos cognitivos. Isso representa uma ruptura pedagógica no sentido de reconhecer a criança como sujeito ativo do currículo. Ressalta-se, porém, que apesar da mudança de linguagem, permanece a preocupação com o acesso a conhecimentos essenciais (culturais, científicos, socioemocionais) - só que articulados nas vivências infantis.

Conclusões

A análise comparativa evidencia que o currículo da Educação Infantil no Brasil migrou de um modelo *instrucionista* para um modelo centrado no *fazer experiencial* da criança. O RCNEI (1998) ainda reflete heranças da escola tradicional, organizando o ensino por *áreas do conhecimento* (linguagem, matemática, ciências). Já as DCNEI (2010) romperam com esse esquema, colocando o brincar e a interação como eixos norteadores e reconhecendo a criança como protagonista. A BNCC (2017), por sua vez, consolida este novo paradigma mediante a formulação dos “Campos de Experiência”, que integram diversas linguagens e áreas em torno das vivências cotidianas das crianças.

Em síntese, conclui-se que o foco curricular se deslocou do conteúdo/área de conhecimento para a experiência infantil. Essa ruptura pedagógica busca promover uma educação infantil que respeite o ritmo, a cultura e as potencialidades da criança. Futuros trabalhos podem investigar como essas mudanças têm se refletido na prática pedagógica e na formação de professores, mas o horizonte desejado pelos documentos é claro: aprender a partir do *experienciar*, e não apenas do *instruir*.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular; Diretrizes Curriculares; Referencial Curricular; Educação Infantil; Campos de experiência.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – Educação Infantil e Ensino Fundamental. Portaria MEC nº 6, de 15/12/2017. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 3, de 27/09/2010. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Volumes 1–3). Brasília, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TREVISAN, Rita. “O que diferencia a BNCC para a Educação Infantil do DCNEI e do RCNEI?”. Nova Escola, s.d. Disponível em: <https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/57/o-que-diferencia-a-bncc-para-a-educacao-infantil-do-dcnei-e-do-rcnei>. Acesso em: mar. 2025.